



**Associação de Apoio ao Desenvolvimento**  
Av. Roberto Mugabe, Mocuba  
Tell: 24810718, E-mail: [nana.mocuba2015@gmail.com](mailto:nana.mocuba2015@gmail.com)  
NUIT: 700070441



# PLANO ESTRATÉGICO

## 2016–2020

Direito para todos! Assegurados por uma governação inclusiva e participativa.

## ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	2
ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO .....	3
PREFÁCIO .....	7
I. INTRODUÇÃO .....	8
1. CONTEXTO POLÍTICO E SÓCIO-ECONÓMICO.....	8
1.1. Situação política e sócio- económica de moçambique.....	8
1.2. Governação para a Cidadania .....	9
1.3. Mudanças Climáticas.....	10
1.4. Factores educacionais e Desenvolvimento Humano .....	10
2. CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	11
2.1. Historial da NANA .....	11
2.2. Análise FOFA.....	12
II. DECLARAÇÃO DA VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES DA NANA .....	13
2.1. Declaração da Visão da NANA .....	13
2.2. Declaração da Missão da NANA .....	13
2.3. Valores da NANA.....	13
2.4. Grupo Alvo da NANA.....	14
III. TEORIA DE MUDANÇA .....	14
3.1. Abordagem Baseada em Direitos Humanos.....	15
3.2. Abordagem baseada no Modelo Sócio-Ecológico .....	16
3.3. Abordagem de Género.....	16
3.4. Abordagem de Desenvolvimento Institucional.....	17
IV. PILARES ESTRATÉGICOS DA NANA.....	17
V. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS, RESULTADOS E ACÇÕES ESTRATÉGICAS .....	18
VI. RESUMO RECURSOS FINANCEIROS.....	0
VII. QUADRO LÓGICO (ANEXO) .....	0

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
SC	Sociedade Civil
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OD	Observatórios de Desenvolvimento
CC	Conselhos Consultivos
CD	Comités de Desenvolvimento
CGRN	Comités de Gestão de Recursos Naturais
CE	Conselhos de Escola
CPC	Cartão de Pontuação Comunitária
CR	Confissões Religiosas
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organização Não Governamental
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
NANA	Associação de Apoio ao Desenvolvimento

## ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO

**Adolescência.** Período que marca a transição da infância para a vida adulta, durante o qual se operam muitas transformações, inter-relacionadas, ao nível do corpo, da mente e das relações sociais do indivíduo. É durante a adolescência que o indivíduo ganha consciência da sua sexualidade, estando exposto a várias situações de risco desde as ligadas à sua sexualidade, à droga, ao alcoolismo, entre outros, e adotando também comportamentos e estilos de vida que irão determinar o tipo de adulto que será.<sup>1</sup>

**Advocacia.** Entrar em acção para provocar as mudanças que se procuram. Por isso, a advocacia tem necessariamente que ocorrer no âmbito de um contexto particular, e pode dirigir-se a um alvo específico. Pode visar a mudança de políticas e práticas nacionais ou mesmo internacionais, mas também pode ocorrer num contexto muito local. Pode implicar dar o poder e capacitar os indivíduos e as comunidades locais para que entrem eles próprios em acção para conseguir as mudanças.

**Atitude.** É definida como uma maneira de olhar e viver a vida. É por isso que a atitude que adoptamos joga um papel importante na regulação dos nossos comportamentos<sup>2</sup>. A atitude mental positiva, é como se fosse algo que liberta um conjunto de informação intencional dirigida a outras partes de nós mesmos (mentais e físicas) que nos mobilizam e incentivam a funcionarmos de uma forma mais eficaz. Foram distinguidos três componentes das atitudes: a cognitiva (formada pelas percepções e crenças relativamente a um objecto bem como pela informação que temos sobre o mesmo), a afectiva (o sentimento a favor ou contra um objecto consoante aquilo que este nos suscita) e a comportamental (a tendência de reagir, podendo ser ou não favorável face aos objectos).

**Auto-Eficácia.** A autoeficácia percebida é definida como a opinião da pessoa sobre suas capacidades em produzir níveis de desempenho definidas que exercem influencia sobre os eventos que afectam as suas vidas<sup>3</sup>. Crenças de auto-eficácia determinam como as pessoas sentem, pensam, motivam-se e comportam-se. Tais crenças produzem efeitos diversos por meio de quatro processos principais: cognitivos, motivacionais, afectivos e processo de selecção.

**Agricultura de Conservação.** A Agricultura de Conservação inclui todas as práticas para conservar e melhorar a fertilidade do solo (física, química e biológica), mantendo as condições favoráveis para o desenvolvimento das plantas. Em imitação à natureza, a Agricultura de Conservação consiste em não lavrar o solo, provocando o mínimo distúrbio no mesmo, procurando manter o solo coberto, se possível durante todo o ano, e promover uma maior biodiversidade através da rotação e/ou consorciação com diferentes culturas.

---

<sup>1</sup>UNFPA. [www.unfpa.org](http://www.unfpa.org), 2015

<sup>2</sup> Miguel Lucas, Psicologia positiva

<sup>3</sup> Bandura, A. (1994). Self Efficacy

**Avaliação.** Processo visando medir o grau de alcance ou cumprimento das medidas definidas no início de um determinado projecto ou programa. Permite analisar em que medida foram cumpridos os objectivos e metas, e tomar decisões pertinentes sobre o que deve ser feito no futuro.

**Bem-Estar.** O conceito de bem-estar refere-se a múltiplas dimensões da vida humana. Por isso, a sua definição, e conseqüentemente, a definição da sua privação ou pobreza pode assumir linhas distintas. Num enfoque mais geral, considera-se que o bem-estar deriva da capacidade de funcionar na sociedade e por isso a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades relevantes para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de auto-confiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999).

**Boa Governação.** É a gestão responsável do poder político e dos recursos públicos pelo Estado e rege-se pelos seguintes princípios: (i) a Lei está acima de tudo; (ii) construção de consensos; (iii) participação; (iv) transparência; (v) responsabilização/prestação de contas; (vi) igualdade e inclusão; (vii) responsabilidade; (viii) uso eficaz e eficiente de recursos. Por outras palavras a boa governação manifesta-se pela edificação do estado de direito, separação de poderes, respeito pelos direitos humanos, prestação vertical e horizontal de contas, transparência na governação eleitoral e na gestão financeira, e o controlo da corrupção.

**Comunidade.** A comunidade é composta pelas estruturas administrativas: administrador, chefes do posto, chefes do bairro, chefes de cada 10 famílias; das estruturas de legitimidade ou influência local, como Líderes Comunitários (LC), Parteiros Tradicionais (PT), AMETRAMO, Líderes Religiosos (LR), entre outros da população no geral: homens, mulheres e crianças.

**Cidadania.** O conceito de cidadania ligado à noção de direitos, especialmente dos direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direcção dos “negócios” públicos do Estado, participando de modo directo ou indirecto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (directo), seja ao concorrer a um cargo público (indirecto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe a contrapartida de Deveres, uma vez que numa colectividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.

**Conselho consultivo.** É um órgão de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso

**Direitos humanos.** são direitos básicos de todos os seres humanos. Os direitos humanos são facultades de agir ou poderes de exigir atribuídos ao indivíduo para assegurar a dignidade humana nas dimensões da liberdade, igualdade e solidariedade. Nascem na ordem jurídica

supra-estatal e são recebidos nos países que se comprometeram a assegurá-los e garanti-los em suas constituições.

**Estado.** É uma unidade administrativa de um determinado território. Ou seja, não há Estado sem território. Este é formado por um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem as necessidades da população que habita o seu território. Entre essas instituições públicas temos o governo, as prisões, os hospitais públicos, as escolas, a polícia, o exército, entre outras...

**Engajamento cívico ou participação cívica.** É o incentivo da população em geral para se envolver no processo político e nas questões que as afetam. O engajamento cívico tem muitos elementos, mas basicamente é sobre a tomada de decisão, ou governação sobre quem, como e por quem os recursos de uma comunidade serão alocados. Engajamento cívico é sobre o direito do povo de definir o bem público, determinar as políticas pelas quais eles vão buscar esse bem, e de reformar ou substituir as instituições que não servem mais para esse bem. O engajamento cívico também pode ser resumido como um meio de trabalhar em conjunto para fazer a diferença na vida civil das comunidades e desenvolver a combinação de habilidades, conhecimentos, valores e motivação para fazer a diferença. Significa promover uma qualidade de vida em uma comunidade, através de ambos os processos políticos e não políticos.

**Empoderamento.** Significa uma acção colectiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. O empoderamento possibilita a aquisição da emancipação individual e, também, da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. O empoderamento devolve poder, dá dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito pelo outro.

**Governo.** Instituição que exerce a governação/gestão da coisa pública. É uma das instituições que compõem o Estado, possui a função de administrar esse Estado. Os governos mudam e podem apresentar diferentes formas, que geralmente variam de um lugar para outro, já os Estados não mudam, eles são permanentes.

**Governacão.** é o processo de tomar, implementar e controlar as decisões. É entendida como o processo em que uma sociedade gere os seus assuntos políticos, económicos e sociais por via da interacção entre o Estado, Sociedade Civil e o Sector Privado. Para o efeito, é importante notar que governacão requer o estabelecimento de estruturas ou actores formais e informais para se chegar a uma decisão ou à implementação dessa decisão. Por exemplo, o governo é um desses actores ou estruturas, bem como as associações, líderes comunitários, conselhos consultivos, ONGs, confissões religiosas, partidos políticos, etc.



**Género.** É entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres. Por ser um papel social, o género pode ser construído e desconstruído, ou seja pode ser entendido como algo mutável e não limitado.

**Mudança Climática.** As alterações climáticas referem-se a uma mudança no estado do clima, que pode ser identificada (por exemplo, por meio de testes estatísticos) por mudanças na média e / ou na variabilidade das suas propriedades, e que persiste durante um longo período de tempo, tipicamente décadas ou mais. As mudanças climáticas podem ser causadas devido a processos naturais internos ou externos.

**Participação.** É o acto ou efeito de fazer parte em algo, podendo ser um projecto ou um processo socialmente acordado. A participação pode tomar várias formas, nomeadamente, contribuição em ideias, prioridades, recursos, tempo e sobretudo na tomada de decisões, implementação e avaliação. A meta para uma participação comunitária efectiva é que a comunidade possa se apropriar dos processos, de ganhar a habilidade de expressar-se, de aprender e de se empoderar através da transferência de aptidões, competências e conhecimento.

**Pobreza.** É um estado de carência social caracterizado por uma exclusão social, dependência e a incapacidade de participar na sociedade e satisfazer as suas necessidades e direitos básicos

**Resiliência.** É a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema.

**Responsabilização.** Responsabilização define a condição de ser responsável, a possibilidade de ser chamado a prestar contas, a obrigação de assumir as consequências das falhas ou erros no decurso da execução de uma determinada tarefa ou função, tal como estava previsto quando foi indicado para exercer essa tarefa ou função.

**Serviços Públicos.** ‘Serviços públicos’ é o termo normalmente usado que significa todos os serviços providenciados pelo governo aos seus cidadãos, directamente (através dos sectores públicos, como educação, saúde) ou através de financiamentos privados para a provisão desses serviços. O termo é normalmente associado com o consenso social (normalmente expresso através de eleições democráticas) no qual alguns serviços estarão disponíveis para todos, independentemente do seu estatuto.

**Vulnerabilidade.** É uma particularidade que indica um estado de fraqueza, que pode refletir-se tanto no comportamento das pessoas, como dos objetos, situações, ideias etc.

## PREFÁCIO

O Plano Estratégico 2016–2020 “Direitos para todos! Assegurados por uma governação inclusiva e participativa”, surge numa era de crises a nível global e em moçambique em particular. Assiste-se à problemática dos refugiados para a europa, resultado de guerras violentas, e de actos terroristas, ao impacto negativo das mudanças climáticas caracterizada por secas, cheias, ciclones e doenças deixando as populações cada vez mais pobres e desprovidas de recursos básicos para a sua sobrevivência.

Estas crises e choques aumentam a vulnerabilidade humana e a desigualdade, particularmente das mulheres e raparigas que vivem no meio rural e estão desprovidas de informação de como mitigá-las.

As evidências das experiências da NANA que neste ano completa dezoito (18) anos de existência, demonstram que é possível promover o bem-estar social, político e económico e atingir a satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseadas em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.

A NANA tem testemunhado resultados positivos, quer das suas intervenções quer de outros actores, no âmbito das emergências e pós-calamidades para o reassentamento de populações; da alfabetização de adultos, particularmente das mulheres; da participação activa nos fóruns locais de tomada de decisão; das atribuições de títulos de uso e aproveitamento da terra, adopção de técnicas de agricultura de conservação, entre outras.

Porém, a erradicação da pobreza continua a ser um grande desafio. Nesta nova era, com o lançamento da nova agenda, dos objectivos de desenvolvimento sustentável 2030 pelas nações unidas, a NANA procura estabelecer abordagens participativas e integradas visando contribuir para uma transformação efectiva do mundo em que vivemos.

A NANA acredita que o processo de elaboração e implementação de políticas públicas deve ser inclusivo e as comunidades devem ter o direito e dever de monitorar o desempenho dos governantes e provedores de serviços. Acredita igualmente que precisa de estabelecer parcerias com os vários actores, para a conjugação de sinergias para uma mudança social e de comportamento com consequências positivas no desenvolvimento.

Apelamos uma urgente aliança para que esta estratégia seja implementada e possa trazer resultados e boas práticas replicáveis a todos os níveis.

*João Lameiras*

*Presidente do Conselho de Direcção da NANA*



## I. INTRODUÇÃO

### 1. CONTEXTO POLÍTICO E SÓCIO-ECONÓMICO

#### *1.1. Situação política e sócio- económica de Moçambique*

Após o acordo geral de Roma em 1992, o país conheceu uma relativa estabilidade. Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado uma tensão política constante, com os partidos da oposição a reivindicarem uma maior descentralização do poder, a despartidarização do estado e a não concordarem com os resultados das últimas eleições. Este ambiente, é caracterizado por receios constantes de um regresso a guerra, criando uma instabilidade no seio das comunidades e afectando o investimento e a economia moçambicana.

O relatório do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2015, coloca moçambique no 180º lugar na lista dos países com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Contudo o mesmo relatório refere que o IDH aumentou de 0,238 para 0,416, um aumento de 75% correspondendo a um acréscimo médio anual de cerca de 1,66% entre 1980 e 2014. No mesmo período, a esperança de vida à nascença aumentou em 13,2 anos, a média de anos de escolaridade por sua vez aumentou em 2,5 anos e o Rendimento Nacional Bruto per-capita aumentou em cerca de 106,8%. A esperança de vida actual dos moçambicanos é de 55 anos de idade.

A pobreza em Moçambique relaciona-se fortemente com o lento crescimento da economia até aos princípios dos anos 1990; baixo nível de educação dos membros dos agregados familiares em idade produtiva, com destaque para as mulheres; elevadas taxas de dependência no seio dos agregados familiares; baixa produtividade da agricultura familiar; falta de oportunidades de emprego fora do sector agrário e infra-estruturas deficientes, principalmente nas zonas rurais; vulnerabilidade às calamidades naturais, entre outros.

Em contrapartida, Moçambique encerra um potencial económico considerável. Possui vastos recursos naturais inexplorados e em estado quase virgem capazes de sustentar o desenvolvimento da agricultura, florestas, pescas, energia, minas e turismo. O país situa-se numa posição geográfica ideal para desenvolver comércio e trocas com os países do continente, do sub-continente africano e de outras partes do mundo.

Apesar do notável crescimento económico que o País vem registando, muitos moçambicanos continuam vivendo abaixo da linha da pobreza. Zambézia é uma das províncias mais populosas de Moçambique, quase 52% da sua população está na faixa etária entre 0-18 anos e 20% entre 6-12 anos. Uma população jovem, que ainda não produz nada, que coloca uma grande pressão sobre a economia do País que tem que assegurar a realização das necessidades básicas, deste grande grupo de consumidores de produtos económicos e de serviços públicos.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Censo 2007

## *1.2. Governação para a Cidadania*

A Sociedade civil (SC) moçambicana tem vindo a ter uma participação crescente na formulação e implementação de políticas e programas a nível nacional como resultado de um ambiente político-legal favorável. Contudo, persistem grandes desafios para uma participação efectiva, pois há pouca descentralização e os esforços do governo central para aumentar a participação e o diálogo com a SC não se reflectem eficazmente até ao nível local e distrital. Os “espaços criados” são muitas vezes encarados com cepticismo pelas OSC, que sentem que o convite à participação é feito apenas para legitimar decisões previamente tomadas. As OSC têm problemas para participar no diálogo sobre políticas devido à falta de conhecimento técnico adequado sobre administração das finanças públicas, legislação e combate à corrupção, pouco acesso a informação e escassos recursos humanos e financeiros <sup>5</sup>.

São exemplos de espaços criados, a participação na planificação distrital (através das instituições para a consulta comunitária), a participação nos observatórios de desenvolvimento provinciais e nacional (OD), a participação na revisão conjunta (reservada a um representante), a participação nos conselhos coordenadores sectoriais, entre outros. A Lei 8/2003 dos Órgãos Locais do Estado institucionalizou as formas de organização das comunidades através dos Conselhos Consultivos (CCs), Fóruns Locais, Comités Comunitários, Fundos Comunitários e outras formas de organização definidas pelas respectivas comunidades.

Em todas áreas das Instituições governamentais, especialmente da Planificação, Agricultura, Meio Ambiente e Educação, têm vindo a envidar esforços no sentido de garantir o envolvimento comunitário e participação da sociedade civil. São os casos da planificação distrital sectorial, o envolvimento das comunidades e organizações parceiras nos comités de Desenvolvimento comunitários, Comités de Gestão de Recursos Naturais, Conselho de Escolas a nível comunitários, e nos conselhos coordenadores provinciais e nacional.

Para a participação efectiva, as OSC tem vindo a estabelecer estratégias que consistem (mas não se restringem a estas), na criação e fortalecimento de redes e plataformas ao nível provincial e nacional. Esforços têm sido feitos pela SC para replicar estas iniciativas para os níveis mais baixos da divisão administrativa, isto é a nível distrital, de posto administrativo e da povoação/comunidade.

Na Zambézia, existe o Forum das ONG's da Zambézia (FONGZA), que aglutina a coordenação das organizações da sociedade civil para dialogar com o Governo a nível Provincial. Numa fase embrionária, estão a ser criadas e capacitadas Plataformas distritais como forma de concretização do contacto e interacção entre a sociedade civil e as instituições de estatais e governamentais garantindo a sua participação mais activa.

---

<sup>5</sup> COWI, 2012

### *1.3. Mudanças Climáticas*

As mudanças climáticas e as preocupações com o meio ambiente desafiam os governos e a sociedade civil sobre a demanda de alimentos. Este ambiente aumenta a pressão sobre as Instituições de conhecimento, informação e tecnologias. Espera-se que estas Instituições forneçam soluções para que se possa alimentar, fornecer fibra e energia, a uma crescente e cada vez mais exigente população, salvaguardando ao mesmo tempo o meio ambiente<sup>6</sup>.

Moçambique é um País que apresenta o perfil sócio-económico, geográfico, hidrográfico e climatológico vulnerável aos impactos dos fenómenos naturais sobre o contexto social e económico. A vulnerabilidade é sobre 4 tipos de fenómenos naturais: inundações, epidemias, ciclones e secas.

Os efeitos causados pelos desastres naturais retardam o desenvolvimento económico de Moçambique em cerca de 1 a 2% anualmente, é o terceiro país mais exposto aos efeitos negativos causados pelas mudanças climáticas<sup>7</sup>.

As alterações climáticas terão efeito considerável sobre Moçambique no futuro. A maioria dos cenários indica o agravamento de fenómenos naturais. Em 2015 na Província da Zambézia, as cheias desalojaram cerca de 20.000 famílias. As enxurradas destruíram total ou parcialmente edifícios, incluindo escolas e Postos de Saúde. Estas, destruíram também machambas e morte de gado caprino e bovino<sup>8</sup>.

### *1.4. Factores Educacionais e Desenvolvimento Humano*

Educação é uma ferramenta crucial para o combate a pobreza, para uma vida saudável, para sustentar o crescimento económico, bem como para reforçar a democracia e a participação do cidadão na agenda nacional. Moçambique possui uma taxa de analfabetismo de 50,4%. A Província da Zambézia é uma das que tem maior taxa de analfabetismo (62,5%) a seguir a Cabo Delgado (66,6%) – INE 2007.

Apartir de 1992, o acesso das crianças à escola a todos níveis têm aumentado anualmente, resultantes das reformas introduzidas no sistema educativo, sobretudo no ensino primário, com destaque a provisão do livro gratuito, a construção acelerada de salas de aulas, a abolição de taxas de matrículas, a introdução do programa de apoio directo às escolas, só para citar alguns exemplos.

Contudo persistem grandes desafios por superar: há ainda um número considerável de crianças fora da escola, há muitas crianças que tendo ingressado na primeira classe não concluem a 7<sup>a</sup>

---

<sup>6</sup> Plano Estratégico de IIAM (2011-2015)

<sup>7</sup> Banco Mundial

<sup>8</sup> DW- Notícias de Moçambique, 2015

classe do ensino primário. O rácio alunos por professor é bastante alto. Na vertente da qualidade de ensino constitui preocupação o facto de parte significativa de crianças atingirem o fim do primeiro ciclo do ensino primário sem que tenham desenvolvido as competências de leitura e escrita, plasmadas no currículo<sup>9</sup>.

## II. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

### 2.1. *Historial da NANA*

A NANA, originalmente Núcleo dos Amigos da Natureza e Ambiente, foi fundada em 14 de Fevereiro de 1998, como um núcleo de jovens estudantes da escola secundária de Mocuba virada sobretudo a questões relacionadas ao ambiente, onde desenvolveu actividades de sensibilização, mobilização em campanhas sobre acesso a terra e recursos naturais, saneamento do meio, criação e recuperação de jardins e plantio de árvores de sombra no distrito de Mocuba.

Em 2005, A NANA aprovou o primeiro Plano estratégico- NANA- Núcleo dos Amigos da Natureza e Ambiente, com enfoque para actividades ambientais e HIV/SIDA, apoio as crianças órfãs e vulneráveis. Em 2008, iniciou acções na área de governação, com o propósito de fortalecer a participação e mais tarde a criação da Plataforma Distrital de organizações da Sociedade Civil com vista a monitoria do Plano Económico e Social Distrital em Mocuba.

Como Associação de Apoio ao Desenvolvimento, a NANA é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de carácter social, com sede na cidade de Mocuba. Em termos geográficos a NANA opera nos distritos de Mocuba, Lugela e Maganja da Costa.

Em 2011 a NANA aprovou o segundo plano estratégico, tendo definido como áreas prioritárias: (i) Governação - Monitoria e Advocacia de políticas públicas e participação no processo de tomada de decisões; (ii) Gestão dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; (iii) Apoio social aos grupos vulneráveis (Direitos da Mulher, Alternativas Económicas e Democracia participativa); (iv) Apoio às Organizações Baseadas na Comunidade e consolidação do trabalho em rede e (v) Desenvolvimento de capacidades.

Em 2016, em conformidade com as mudanças que ocorrem ao nível institucional, a NANA elaborou o seu terceiro Plano Estratégico 2016 – 2020 com o lema “*Direitos para Todos, Assegurados por uma Governação Inclusiva e Participativa*”, tendo os seguintes pilares estratégicos: i) Governação para Cidadania; ii) Alternativas de Governação para Agricultura e Recursos Naturais; iii) Governação para Saúde e iv) Desenvolvimento Institucional.

---

<sup>9</sup> ME -Plano Estratégico da Educação 2012-2016

## 2.2. Análise FOFA

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
A NANA goza de muita credibilidade e legitimidade junto das comunidades, organizações, associações, doadores e instituições estatais e do governo a nível local e nacional	A NANA poderá ser conotada pelo governo e instituições como estando a exercer actos políticos, devido a sua intervenção na área da governação, e por má fé de alguns membros do governo impedir a sua actuação
A NANA está a operar numa região geográfica definida pelo governo como sendo uma zona económica especial, o que pressupõe diversas intervenções que são “potenciais” conflitos na gestão dos recursos e do desenvolvimento	A NANA poderá vir a depender dos doadores ou de organizações não governamentais com algum recurso, afectando a sua agenda e sobrevivência. Ou seja estará numa situação de <b>“Faz o que te digo para fazer...se não queres cai fora”</b>
Existência de um quadro legal e políticas favoráveis a intervenção da NANA usando a abordagem baseada em direitos humanos	
Existência de potenciais parceiros (Organizações não governamentais, associações, doadores) interessados na implementação da abordagem de direitos humanos, comunicação para a mudança social e de comportamento, abordagem de género o que confere a possibilidade de recursos e estabelecimento de parcerias e sinergias	A NANA corre o risco de se desestuturar devido a interferência de vários doadores e cada um com os seus modelos e formatos de prestação de contas e de implementação prática das actividades. Esta situação poderá levar a sobrecarga do pessoal e a redução da capacidade de resposta atempada e eficazmente
Existência de espaços para a actuação da NANA isto é, debilidades de actuação da sociedade civil, e expansão das suas actividades para outros distritos e províncias, dado a não existência de organizações fortes a operar na zona	Uma demanda de expansão mal dimensionada poderá afectar a capacidade de “delivery” da organização se não forem tomadas as medidas necessárias
FORÇAS	FRAQUEZAS
A NANA tem existência legal e normas e princípios que lhes confere o estatuto legal para operar no país	A NANA deve fortalecer a governação interna, criando capacidades aos órgãos sociais por forma a melhorar a transparencia na prestação de contas.
A NANA possui recursos humanos qualificados, sendo constituída por uma equipa jovem, dinâmica e motivada. Possui alto sentido de responsabilidade e uma cultura organizacional de aprendizagem contínua	A NANA precisa melhorar a sua capacidade de descrição e delegação de tarefas e responsabilização a todos os níveis
A sua estreita ligação com as comunidades e as autoridades locais de forma transparente e	A NANA precisa de melhorar a sua capacidade de documentação e prestação de contas.

humilde permitiu criar confiança e legitimidade da organização aos vários níveis	
A NANA acumulou experiências e boas práticas de trabalho de sensibilização e educação comunitárias usando a metodologia REFLECT, CAC, CPC, Auditoria Social, Audicao Publica, PRRP	A NANA precisa consolidar as suas abordagens sobre advocacia e monitoria da governação baseada em evidências
O modelo de trabalho em parceria tem vindo a ser prática da organização, tendo acumulado experiência assinalável o que permitiu o estabelecimento de parcerias estratégicas	A NANA precisa consolidar os mecanismos de auto-avaliação, monitoria e avaliação de programas mais consistentes e regulares

### III. DECLARAÇÃO DA VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES DA NANA

#### 3.1. Declaração da Visão da NANA

Direitos e bem-estar social, político e económico para todos, assegurados por uma governação inclusiva e participativa.

#### 3.2. Declaração da Missão da NANA

Contribuir para o bem-estar social, político e económico e satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseada em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.

#### 3.3. Valores da NANA

VALORES	O QUE REPRESENTAM PARA A NANA?
<b>Transparência</b>	A NANA é pela transparência no relacionamento com parceiros, comunidades e todos outros actores; nos procedimentos internos e; na prestação de contas
<b>Profissionalismo</b>	A NANA defende o profissionalismo no relacionamento com as comunidades, beneficiários e parceiros;
<b>Respeito</b>	A NANA defende o respeito entre os seus membros, trabalhadores e beneficiários das suas acções
<b>Igualdade</b>	A NANA promove a igualdade no relacionamento interno entre os membros e trabalhadores e, externamente no relacionamento com as comunidades, beneficiários e parceiros
<b>Equidade de género</b>	A NANA é pela equidade de género dentro da organização, e através das suas intervenções junto aos grupos alvos
<b>Solidariedade</b>	A NANA é pela solidariedade com os problemas das pessoas excluídas, incluindo em situações de emergência



<b>Auto-estima</b>	A NANA defende a promoção da auto-estima dentro da organização e fora dela
<b>Autonomia Política</b>	A NANA pauta por um comportamento que garanta que os seus princípios de autonomia sejam assegurados e não haja influência negativa de outros actores nas suas agendas de desenvolvimento

### 3.4. Grupo Alvo da NANA

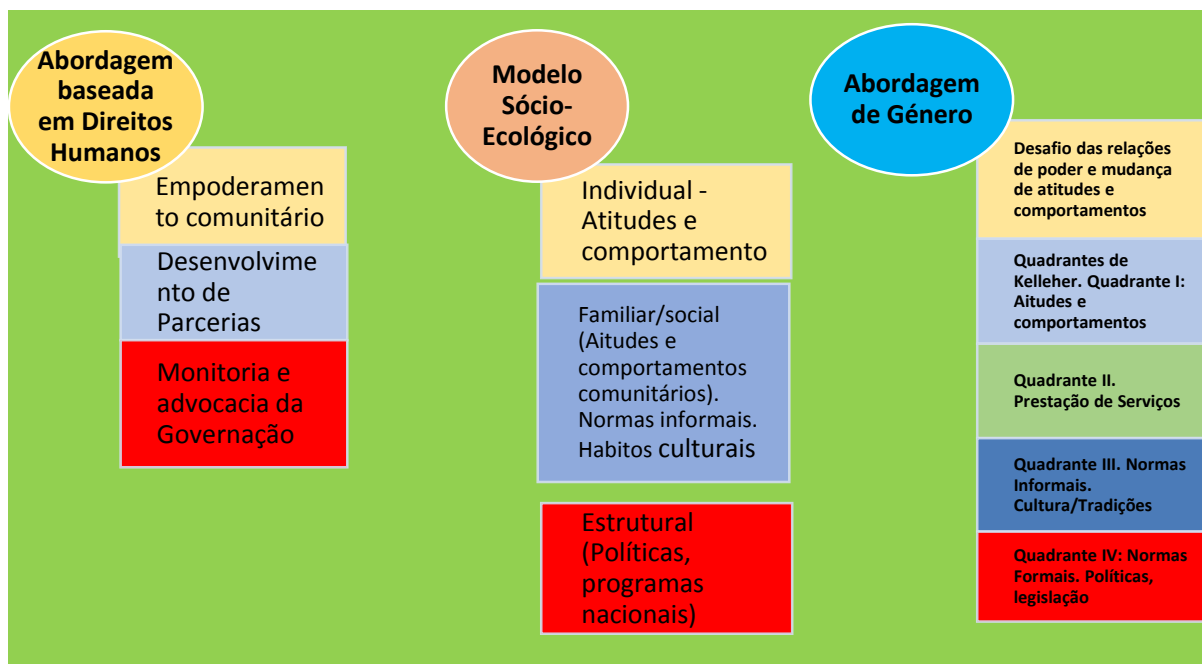
O Principal grupo alvo da NANA é:

- Mulheres e homens jovens e adultos de ambos sexos em idade activa
- Crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos de idade
- Instituições como: Conselhos Consultivos, CGRN, Agentes de Mudança, Círculos de REFLECT, Clubes Escolares da Rapariga, Plataforma Distrital, Associações agro-pecuárias, Parlamento Infantil, Parlamento Juvenil, Inter-pares, Conselhos de Escola, Comités de Co-gestão e OCBs.

## IV. TEORIA DE MUDANÇA

A NANA acredita que poderá promover mudanças significativas e sustentáveis para o alcance da sua visão e missão, fazendo a combinação das seguintes abordagens e estratégias:

- (i) A abordagem Baseada em Direitos Humanos; (ii) A abordagem usando o Modelo Sócio Ecológico; (iii) A Abordagem de Género.



#### 4.1. Abordagem Baseada em Direitos Humanos

A abordagem baseada em direitos humanos da NANA assenta na declaração universal dos direitos humanos e nos tratados e convenções assinados e ratificados pelos estados, como está indicada na declaração:

*“A declaração universal dos direitos humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição”*

A abordagem baseada em direitos humanos da NANA compreende 3 pilares básicos: (1) O empoderamento comunitário; (ii) O Desenvolvimento de Parcerias e (iii) A Monitoria e advocacia da governação.

**Empoderamento Comunitário.** Isto significa, na prática, empoderar o indivíduo e as comunidades, garantindo a transferência de informação e criação de conhecimento, habilidades e competências para a sua contribuição na resolução dos problemas locais e na exigência para a satisfação dos seus direitos. Este empoderamento está estritamente ligado a estratégia de comunicação para a mudança social e de comportamento que abordaremos mais adiante.

**Desenvolvimento de Parcerias.** Parte do pressuposto de que estabelecendo parcerias estratégicas, quer para a investigação e estudos, quer para a implementação de projectos e programas e mesmo como meio de pressão para a execução de campanhas de lobby e advocacia, o trabalho em alianças e redes, trazem um benefício considerável ao permitir que um grupo combine e crie sinergias para provocar mudanças estruturais para a satisfação dos direitos

**Monitoria e advocacia da governação.** Parte do pressuposto de que a prestação de serviços de qualidade é um requisito fundamental para a satisfação dos direitos humanos. Para que isto seja possível há que encontrar formas e espaços para que este serviço seja realmente efectuado atempadamente e com a qualidade exigida. O processo de elaboração e implementação de políticas públicas deve ser inclusivo e as comunidades devem ter o direito de monitorar o desempenho dos governantes e provedores de serviços.

#### 4.2. Abordagem baseada no Modelo Sócio-Ecológico

O Modelo sócio ecológico, estrutura os determinantes e as intervenções tendo em conta o nível individual, familiar, social ou comunitário e o nível estrutural. O esquema abaixo representa as inter-relações. Existem factores que afectam as atitudes e o comportamento do indivíduo, da família e da comunidade. Os factores de pressão tem a ver com as normas de convivência, os hábitos e as tradições locais e são também afectados pelas políticas e a legislação do país.

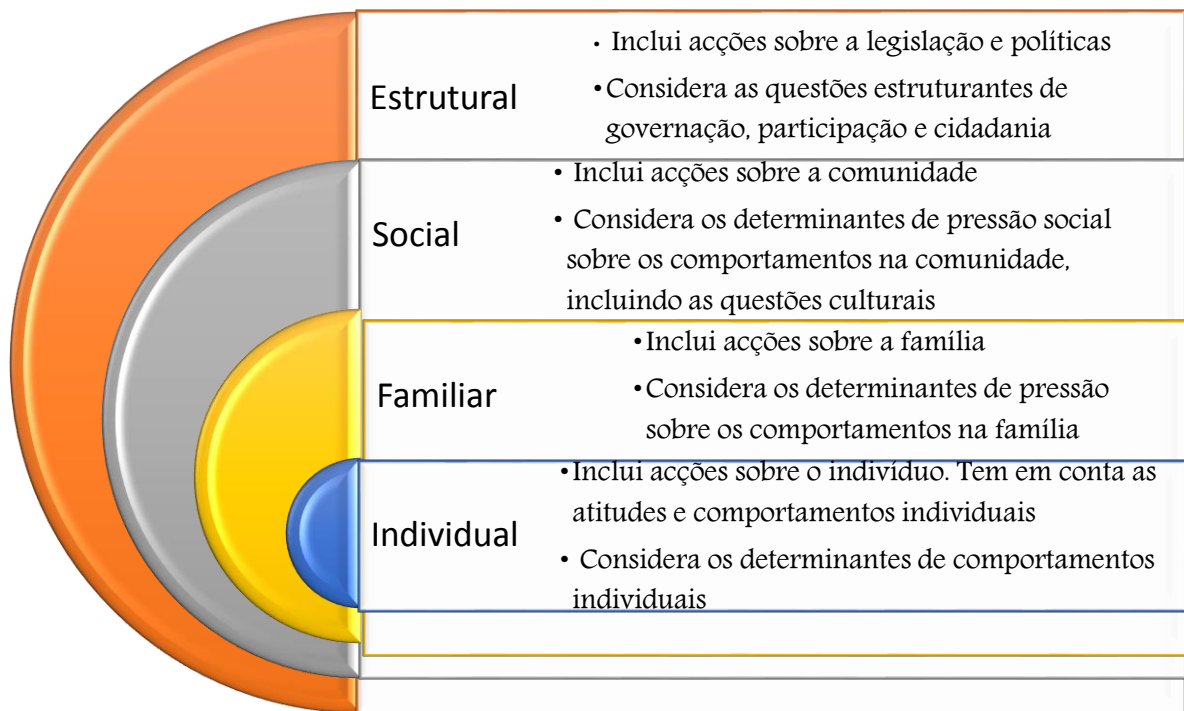


Fig 1. Modelo Socio-Ecológico adaptado a NANA

A NANA reconhece e faz questão de nas suas intervenções considerar todos estes determinantes e ter em conta que todos os indivíduos passam por diferentes fases de mudança de atitudes e comportamentos: (i) Pre-contemplação, (ii) contemplação; (iii) Determinação; (iv) Acção; (v) Manutenção e (vi) recaída

#### 4.3. Abordagem de Género

A NANA reconhece que as relações do poder e as construções sociais dos papéis de género afectam sobremaneira o bem-estar da mulher e da sociedade como um todo. Os direitos das mulheres são sistematicamente violados tendo uma relação directa com os hábitos e costumes locais, as atitudes e comportamentos das pessoas e da sociedade, as políticas públicas e a legislação vigente. As intervenções da NANA procurarão ter em atenção aos desafios as relações de poder entre o homem e a mulher e as mudanças estruturais que deverão ser efectuadas para uma transformação social e de comportamento. A abordagem de género da NANA não será uma mera desagregação de números (Homens Vs Mulheres), embora reconheça a importância dessa desagregação.

#### 4.4. Abordagem de Desenvolvimento Institucional

Para a prossecução das mudanças pretendidas, a NANA deverá assegurar que seja uma organização forte, quer no que se refere a governação interna, quer no quadro executivo. Irá garantir um nível de quadros qualificados, uma gestão eficaz e eficiente e um conjunto de normas e procedimentos que permitam imprimir uma qualidade na implementação dos programas e na gestão dos recursos.

NANA será uma organização que aprende. Construirá uma capacidade de documentação e disseminação de boas práticas e fará de tudo para garantir uma efectiva prestação de contas a todos os níveis.

### V. PILARES ESTRATÉGICOS DA NANA

A Organização NANA estabeleceu 4 pilares estratégicos nomeadamente:

1. Governação para a Cidadania
2. Alternativa de Governação para a Agricultura e Recursos Naturais
3. Governação para a Saúde
4. Desenvolvimento Institucional

A tabela abaixo ilustra em detalhe as áreas temáticas, os sub-temas abordados por cada tema previstas para o presente plano estratégico:

**Tabela 1. Pilares Estratégicos e áreas de intervenção**

PILARES ESTRATÉGICOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO
1. Governação para a Cidadania	1.1. Educação para a Cidadania
	1.2. Monitoria e Advocacia de Políticas Públicas Baseada em Evidências
2. Alternativa de Governação para a Agricultura e Recursos Naturais	2.1. Educação financeira e agro-negócio
	2.2. Educação ambiental e agricultura de conservação
	2.3. Alternativa para a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas e acções de emergência
3. Governação para a Saúde	3.1. Educação para a SSRD e proteção da Rapariga
	3.2. Monitoria e advocacia de políticas públicas e qualidade de serviços
4. Desenvolvimento Institucional	4.1. Criação e manutenção da capacidade de Governação e gestão executiva

	4.2. Criação e manutenção de capacidade de gestão de um centro de documentação, visibilidade e aprendizagem institucional
	4.3. Criação e manutenção de capacidade de auto-sustentabilidade e angariação de recursos

## VI. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS, RESULTADOS E ACÇÕES ESTRATÉGICAS

### *Objectivos Estratégicos*

1. Promover a participação activa baseada em evidência de pelo menos 2.900 cidadãos em 3 distritos na elaboração, implementação e monitoria das políticas públicas e da qualidade de provisão de serviços através de uma educação alternativa comunitária para a cidadania
2. Promover alternativas socio-económicas para pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens em 3 distritos tendo em conta a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas na comunidade através da educação financeira e agro-negócio, promoção para a adopção da Agricultura de Conservação, Educação ambiental, Intervenções de Emergência e protecção social de grupos vulneráveis
3. Promover uma mudança de atitude e comportamentos de pelo menos 2.100 jovens e 800 mulheres em 3 distritos sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos, monitorar e advogar por uma melhor qualidade de prestação de serviços de saúde
4. Garantir um desenvolvimento institucional sustentável, com excelente capacidade de governação interna, de gestão executiva, de autonomia política, e de auto-sustentabilidade e angariação de recursos.

Para a materialização dos objectivos, a NANA se compromete a implementar as seguintes acções estratégicas:

***Objectivo Estratégico (1). Promover a participação activa e baseada em evidência de pelo menos 2.900 cidadãos em 3 distritos na elaboração, implementação e monitoria dos planos e das políticas públicas e da qualidade de provisão de serviços através de uma educação alternativa comunitária para a cidadania***

**Resultado 1.** Até 2020, pelo menos 2.900 pessoas das quais 40% mulheres e 20% jovens em 3 distritos com conhecimento, atitudes, comportamentos e habilidades de cidadania,

participando na elaboração, implementação e monitoria dos planos e políticas públicas a nível distrital, provincial e nacional

#### *Acções Estratégicas*

- Promover o empoderamento comunitário usando uma abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento por módulos e tecnologia de informação e medias sociais <sup>10</sup>
- Fortalecer as organizações comunitárias de base, confissões religiosas e grupos de interesse para a implementação directa das actividades.

**Resultado 2:** Até 2020, pelo menos 2 Plataformas da Sociedade Civil e 3 Governos distritais adoptam uma gestão responsável da coisa pública, dos mecanismos que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

#### *Acções Estratégicas.*

- Monitorar e advogar, com base em evidências, por uma melhor planificação, implementação e avaliação dos planos e políticas públicas e prestação de serviços<sup>11</sup>
- Consolidar plataformas da sociedade civil para a sua participação efectiva na monitoria da implementação das políticas e planos públicos

*Objectivo Estratégico 2. Promover alternativas socio-económicas para pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens em 3 distritos tendo em conta a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas na comunidade através da educação financeira e agro-negócio, promoção para a adopção da Agricultura de Conservação, Educação ambiental, e Intervenções de Emergência e proteção social de grupos vulneráveis*

**Resultado 1:** Até 2020, pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens em 3 distritos com conhecimento, atitudes e comportamentos e habilidades que resultam na melhoria da obtenção e gestão da renda e das condições de agro-negócio

#### *Acções Estratégicas.*

- Promover o empoderamento sócio-económico das comunidades usando a abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento em módulos<sup>12</sup>
- Fortalecer as organizações comunitárias de base, confissões religiosas e grupos de interesse para a implementação directa das actividades.

---

<sup>10</sup> Definir tópicos importantes que incluam direitos e deveres do cidadão tomando em consideração a abordagem de género. Utilizar tecnologias existentes (Telefones celulares, IPADS, PDAs) garantindo o acesso a informação relevante sobre a legislação, políticas e desempenho do governo e dos provedores de serviços

<sup>11</sup> Usando ferramentas como cartão de pontuação comunitária, cartão do report do cidadão, auditoria social, auditoria familiar, caixa de reclamação comunitária entre outras que se achar relevantes

<sup>12</sup> Utilizar módulos específicos tendo em conta a consciencialização sobre a elaboração de projectos de geração de renda, gestão financeira, cadeia de valor, negociação para preços justos, etc



- Estabelecer mecanismos de poupança e crédito rotativo para promover acções de protecção social e habilidades para vida
- Promover clubes de negócio comunitários e intercâmbios distritais e intra-provinciais visando a criação de oportunidades de negócio<sup>13</sup>

Resultado 2: Até 2020, pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens agricultores em 3 distritos adoptam a agricultura de conservação garantindo o aumento da produção e produtividade de forma sustentável, economicamente viável, social, ambiental e culturalmente adequados e aceitáveis

***Acções Estratégicas:***

- Promover a adopção da agricultura de conservação e educação ambiental usando a abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento em módulos específicos<sup>14</sup>
- Fortalecer grupo de jovens e mulheres agricultores, em agricultura de conservação baseado em cadeia de valores sustentáveis.

Resultado 3: Comunidades adoptam técnicas e implementam planos de prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas e das emergências protegendo os grupos vulneráveis

***Acções Estratégicas:***

- Fortalecer os comités de gestão de recursos naturais e gestão de emergência para a elaboração de planos de contingência, acções de aviso prévio e intervenções de emergência
- Estabelecer mecanismos de protecção social para grupos vulneráveis (mulheres vítimas de violência, idosos, pessoas portadoras de deficiência, pessoas vivendo com o HIV e SIDA, e crianças)

***Objectivo Estratégico 3. Promover uma mudança de atitude e comportamentos de pelo menos 2.100 jovens e 800 mulheres em 3 distritos sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos e monitorar e advogar por uma melhor qualidade de prestação de serviços de saúde***

Resultado 1: Até 2020, pelo menos 2.100 jovens e 800 mulheres em 3 distritos com conhecimento, atitudes, comportamentos e habilidades e exercendo os seus direitos a uma saúde sexual e reprodutiva incluindo: (i) Educação sexual e reprodutiva; (ii) Planeamento familiar; (iii) Protecção contra os casamentos prematuros; (iv) Assédio e abuso sexual

---

<sup>13</sup> Estabelecer mecanismos de negociação justa e prosperidade partilhada

<sup>14</sup> Dar ênfase aos seguintes aspectos: (i) Mistura de culturas, (ii) Lavoura mínima; (iii) Incorporação de resíduos; (iv) Consociação de culturas; (v) Calendário agrícola e (vi) Segurança de Posse e aproveitamento da Terra (DUATs)- Quanto a educação ambiental considerar: (i) Conservação do solo, (ii) Queimadas descontroladas; (iii) Gestão de resíduos sólidos; (iv) caça furtiva (v) Calendário agrícola

#### ***Acções Estratégicas.***

- Promover a educação sexual e reprodutiva nas escolas e comunidade, para jovens e adultos para o exercício e exigência de satisfação dos seus direitos, face a violência, abuso e assédio sexual e casamentos prematuros.
- Estabelecer parcerias e mecanismo para a promoção de boa saúde (fortalecimento de organizações, feiras de saúde e intercâmbios)

Resultado 2: Comunidades de 3 distritos participando na melhoria da qualidade de prestação de serviços na área de saúde, com particular destaque para os serviços de. Saúde materna e infantil, aconselhamento e testagem para jovens; provisão de serviços de planeamento familiar; educação sexual nas escolas

#### ***Acções Estratégicas.***

- Monitorar e advogar, com base em evidências, por uma melhor planificação, implementação e avaliação dos planos e políticas públicas e prestação de serviços relacionadas a saúde sexual e reprodutiva<sup>15</sup>
- Promover espaços de diálogo e de engajamento das comunidades

**Objectivo Estratégico 4. *Garantir um desenvolvimento institucional sustentável, com excelente capacidade de governação interna, de gestão executiva, de autonomia política, e de auto sustentabilidade e angariação de recursos***

Resultado 1: Estabelecida e consolidada a capacidade de governação, gestão executiva e de desempenho dos recursos humanos

#### ***Acções Estratégicas.***

- Consolidar o funcionamento dos órgãos sociais. Garantir e velar pelo cumprimento das tarefas e responsabilidades
- Assegurar a elaboração e implementação de políticas internas necessárias e uma gestão transparente, eficiente e eficaz
- Consolidar a cultura de trabalho em equipa e uma gestão baseada em resultados
- Elaborar e implementar uma estratégia de selecção, retenção, promoção e capacitação contínua dos recursos humanos para assegurar um optimo desempenho institucional

Resultado 2: *Criada e consolidada a capacidade de gestão de um centro de documentação, visibilidade e aprendizagem institucional*

---

<sup>15</sup> Usar a ferramenta de cartão de pontuação comunitária e de grupos de jovens para a satisfação dos seus direitos e auferir a qualidade de prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva. Estabelecer plataformas de denúncia e seguimento de casos de violação de direitos

#### **Acções Estratégicas:**

- a) Criar mecanismos que permitam transformar a NANA numa organização de aprendizagem contínua assegurando uma documentação e gestão do conhecimento eficiente e eficaz
- b) Elaborar e implementar uma estratégia de promoção institucional incluindo a definição da marca, o estabelecimento e alimentação da página Web, Facebook, blog institucional entre outras ideias criativas

Resultado 3: *Criada e consolidada a capacidade de auto-sustentabilidade e angariação de recursos. Assegurados pelo menos 100% dos recursos estabelecidos como mínimo para a implementação do programa*

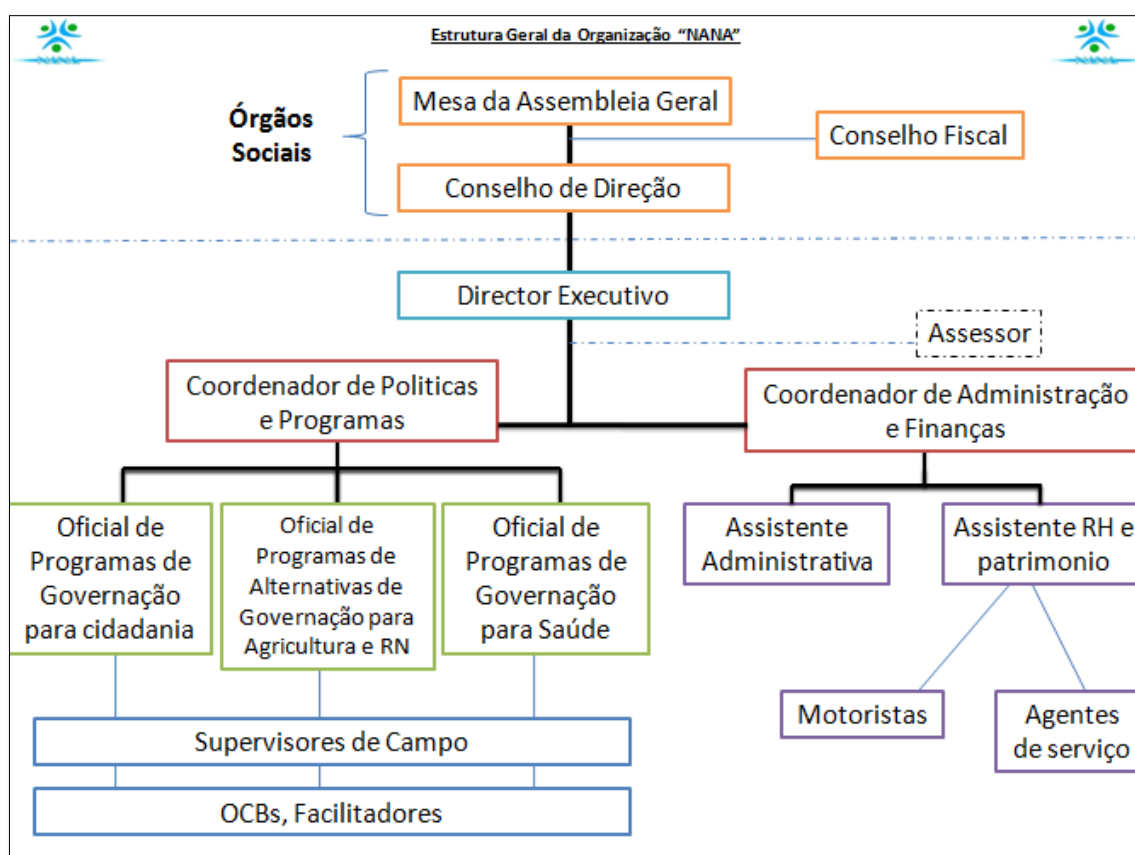
#### **Acções Estratégicas:**

- a) Criar capacidade ou buscar externamente para a elaboração de projectos de qualidade que sejam competitivas e se traduzam efectivamente em angariação de recursos
- b) Estabelecer e implementar estratégias de promoção institucional credíveis e baseada em evidências mostrando o impacto das suas ações
- c) Criar mecanismos de prestação de serviços que permitam o seu auto-financiamento, em acréscimo aos fundos adquiridos a partir de doadores (podem por exemplo ser: formação a outras OCBs e ONGs, prestação de consultorias a outras organizações, etc.)<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Equacionar a possibilidade de transformar a associação numa fundação. Equacionar igualmente a possibilidade de se estabelecer um mecanismo de patrocínio da criança e de padrinhos constituídos por empresários locais e classe média comprometida com a causa

## VII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



## VIII. RESUMO RECURSOS FINANCEIROS

Pilares Estratégicos (2016 - 2020)	Valor ano 1	%	Valor ano 2	%	Valor ano 3	%	Valor ano 4	%	Valor ano 5	%	TOTAL (MT)
<b>Pilar 1.</b> <i>Governação para Cidadania</i>	9,412,000	27%	11,000,000	33%	10,500,000	31%	8,500,000	26%	8,500,000	26%	
<b>Pilar 2.</b> <i>Alternativas de Governação para Agricultura e Recursos Naturais</i>	11,763,932	34%	9,320,000	28%	8,500,000	25%	11,000,000	34%	11,000,000	34%	
<b>Pilar 3.</b> <i>Governação para Saúde</i>	7,250,000	21%	7,000,000	21%	8,500,000	25%	6,500,000	20%	6,500,000	20%	
<b>Pilar 4.</b> <i>Desenvolvimento Institucional</i>	6,384,000	18%	6,384,000	19%	6,384,000	19%	6,384,000	20%	6,384,000	20%	
<b>TOTAL</b>	<b>34,809,932</b>	<b>100%</b>	<b>33,704,000</b>	<b>100%</b>	<b>33,884,000</b>	<b>100%</b>	<b>32,384,000</b>	<b>100%</b>	<b>32,384,000</b>	<b>100%</b>	



## IX. QUADRO LÓGICO (ANEXO)

VISÃO/MISSÃO/OBJECTIVOS/RESULTADOS/ACÇÕES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
VISÃO: Direitos e bem-estar social, político e económico para todos, assegurados por uma governação inclusiva e participativa			
MISSÃO: Contribuir para o bem-estar social, político e económico e satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseada em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.			
<b>PILAR ESTRATÉGICO 1. Governação para a Cidadania</b>			
<b>Objectivo Estratégico 1:</b> <i>Promover a participação activa e baseada em evidência de pelo menos 2.900 cidadãos em 3 distritos na elaboração, implementação e monitoria dos planos e das políticas públicas e da qualidade de provisão de serviços através de uma educação alternativa comunitária para a cidadania</i>			
<u>Resultado 1:</u> Até 2020, pelo menos 2.900 pessoas das quais 40% mulheres e 20% jovens em 3 distritos com conhecimento, atitudes, comportamentos e habilidades de cidadania, participando na elaboração, implementação e monitoria dos planos e políticas públicas a nível distrital, provincial e nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepções de comportamento</li> <li>▪ Percepções de auto-eficácia e eficácia colectiva</li> <li>▪ Percepções de engajamento</li> </ul>	Relatórios de avaliações de percepção	
<u>Resultado 2:</u> Até 2020, pelo menos 2 Plataformas da Sociedade Civil e 3 Governos distritais adoptam uma gestão responsável da coisa pública, dos mecanismos que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grau de percepções de satisfação com base em indicadores específicos</li> <li>▪ Opiniões dos provedores de serviços (percepções)</li> </ul>	Relatórios e resultados do CPC	
<b>Acções Estratégicas</b>			



Promover o empoderamento comunitário usando uma abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento por módulos e tecnologia de informação e mídias sociais <sup>17</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de pessoas que participaram nas sessões de reflexão com um mínimo de sessões estabelecido como requisito</li> <li>▪ # de sessões e módulos ministrados</li> <li>▪ Percepções de mudanças de atitudes e comportamentos dos beneficiários</li> </ul>	Relatórios Fichas de controlo de presenças Relatórios de boas práticas e histórias de sucesso	As estratégias de comunicação são bem definidas, apropriadas ao contexto e usando a língua e os canais apropriados  Existem recursos adequados para a implementação eficaz da estratégia de comunicação
Fortalecer as organizações comunitárias de base, confissões religiosas e grupos de interesse para a implementação directa das actividades	# deOCBs e Confissões religiosas que participam do processo Grau de eficácia de governação e gestão e implementação das actividades	Relatórios de avaliação Relatórios de execução financeira e das actividades	As OCBs selecionadas, cumprem com os princípios básicos de governação, gestão e prestação de contas
Monitorar e advogar, com base em evidências, por uma melhor planificação, implementação e avaliação dos planos e políticas públicas e prestação de serviços <sup>18</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grau de percepções de satisfação com base em indicadores específicos</li> <li>▪ Opiniões dos provedores de serviços (percepções)</li> </ul>	Relatórios e resultados do CPC	Existem evidências e são realizados os encontros com os tomadores de decisão
Consolidar plataformas da sociedade civil para a sua participação efectiva na monitoria da implementação das políticas e planos públicos	# de plataformas criadas e consolidadas Qualidade de participação	Relatórios Actas dos encontros	As plataformas encontram espaço para engajamento

<sup>17</sup> Definir tópicos importantes que incluam direitos e deveres do cidadão tomando em consideração a abordagem de género. Utilizar tecnologias existentes (Telefones celulares, IPADs, PDAs) garantindo o acesso a informação relevante sobre a legislação, políticas e desempenho do governo e dos provedores de serviços

<sup>18</sup> Usando ferramentas como cartão de pontuação comunitária, cartão do report do cidadão, auditoria social, auditoria familiar, caixa de reclamação comunitária entre outras que se achar relevantes

VISÃO/MISSÃO/OBJECTIVOS/RESULTADOS/ACÇÕES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
VISÃO: Direitos e bem-estar social, político e económico para todos, assegurados por uma governação inclusiva e participativa			
MISSÃO: Contribuir para o bem-estar social, político e económico e satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseada em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.			
<b>PILAR ESTRATÉGICO 2.</b> Alternativa de Governação para a Agricultura e Recursos Naturais			
<b>Objectivo Estratégico 2:</b> <i>Promover alternativas socio-económicas para pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens em 3 distritos tendo em conta a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas na comunidade através da educação financeira e agro-negócio, promoção para a adopção da Agricultura de Conservação, Educação ambiental, e Intervenções de Emergência e proteção social de grupos vulneráveis</i>			
<u>Resultado 1:</u> Até 2020, pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens em 3 distritos com conhecimento, atitudes e comportamentos e habilidades que resultam na melhoria da obtenção e gestão da renda e das condições de agro-negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nivel de conhecimento</li> <li>▪ Quantidade de produção e venda</li> <li>▪ Valor anual da renda por família</li> <li>▪ Percepções das condições de negócio</li> </ul>	Relatórios de percepções de comportamento e renda familiar Fichas de gestão de renda familiar	Existe empreendedorismo local. As condições mínimas de comercialização e escoamento de produtos estão assegurados
<u>Resultado 2:</u> Até 2020, pelo menos 1.800 mulheres e 1.100 jovens agricultores em 3 distritos adoptam a agricultura de conservação garantindo o aumento da produção e produtividade de forma sustentável, economicamente viável, social, ambiental e culturalmente adequados e aceitáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de produção das principais culturas por área cultivada</li> <li>▪ Área cultivada usando mínima perturbação do solo</li> <li>▪ Rendimento médio por hectare</li> </ul>	Fichas e relatórios de produção dos agregados familiares	Os camponeses aceitam experimentar o modelo. Há resultados encorajadores que sirvam de modelo para outros camponeses
<u>Resultado 3:</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número de pessoas afectadas e apoiadas</li> </ul>	Relatórios de progresso	Existem comités de gestão de emergências funcionais

Comunidades adoptam técnicas e implementam planos de prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas e das emergências protegendo os grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número de pessoas vulneráveis (mulheres, idosos, crianças e deficientes)</li> <li>▪ # e sessões de aviso prévio</li> </ul>	Relatórios de intervenção	
<b>Acções Estratégicas</b>			
<i>Educação Financeira e Agro-Negócio</i>			
Promover o empoderamento sócio-económico das comunidades usando a abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento em módulos <sup>19</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepção sobre conhecimentos</li> <li>▪ Auto-eficácia e eficácia colectiva</li> <li>▪ # de participantes as sessões</li> <li>▪ # de pessoas que participaram num mínimo de sessões definidas como requisito mínimo</li> </ul>	Relatórios de sessões Fichas e lista de participantes	As OCBs implementam um sistema de comunicação eficaz e fazem o respectivo controlo das presenças  As comunidades aceitam e participam activamente por acreditarem nos bons resultados
Fortalecer as organizações comunitárias de base, confissões religiosas e grupos de interesse para a implementação directa das actividades.	# deOCBs e Confissões religiosas que participam do processo Grau de eficácia de governação e gestão e implementação das actividades	Relatórios de avaliação Relatórios de execução financeira e das actividades	As OCBs seleccionadas cumprem com os princípios básicos de governação, gestão e prestação de contas

<sup>19</sup> Utilizar módulos específicos tendo em conta a consciencialização sobre a elaboração de projectos de geração de renda, gestão financeira, cadeia de valor, negociação para preços justos, etc

Estabelecer mecanismos de poupança e crédito rotativo para promover acções de protecção social e habilidades para vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valor inicial</li> <li>▪ Valor de crédito e reembolsos. Taxas de reembolso</li> <li>▪ Valor poupado por ano</li> <li>▪ # de pessoas que aderem ao crédito e poupança</li> </ul>	Relatórios Fichas Livros de controlo Cofre	Há interesse e confiança da comunidade e se estabelecem laços honestos e de transparência e prestação de contas dos membros dos grupos
Promover clubes de negócio comunitários e intercâmbios distritais e intra-provinciais visando a criação de oportunidades de negócio <sup>20</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de pessoas que participam em intercâmbios</li> <li>▪ # de pequenas e médias empresas criadas</li> <li>▪ # de clubes de negócio comunitários funcionais</li> </ul>	Relatórios de progresso Registo de empresas	Existe um interesse comunitário e empreendedores locais O sistema de registo é simplificado e pode ser célere e eficazmente implementado pelas autoridades respectivas
<i>Educação para a adopção de agricultura de conservação e educação ambiental</i>			
Promover a adopção da agricultura de conservação e educação ambiental usando a abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento em módulos específicos <sup>21</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de produção das principais culturas por área cultivada</li> <li>▪ Área cultivada usando mínima perturbação do solo</li> <li>▪ Rendimento médio por hectar</li> </ul>	Fichas e relatórios de produção dos agregados familiares	Os camponeses aceitam experimentar o modelo. Há resultados encorajadores que sirvam de modelo para outros camponeses

<sup>20</sup> Estabelecer mecanismos de negociação justa e prosperidade partilhada

<sup>21</sup> Dar ênfase aos seguintes aspectos: (i) Mistura de culturas, (ii) Lavoura mínima; (iii) Incorporação de resíduos; (iv) Consociação de culturas; (v) Calendário agrícola e (vi) Segurança de Posse e aproveitamento da Terra (DUATs)- Quanto a educação ambiental considerar: (i) Conservação do solo, (ii) Queimadas descontroladas; (iii) Gestão de resíduos sólidos; (iv) caça furtiva (v) Calendário agrícola

Fortalecer grupo de jovens e mulheres agricultores, em agricultura de conservação baseado em cadeia de valores sustentáveis	# de grupos de jovens e mulheres agricultoras que adoptam agricultura de conservação	Relatórios Campos/machambas dos camponeses	Existem condições para a implementação de agricultura de conservação
<i>Intervenções de emergência</i>			
Fortalecer os comités de gestão de recursos naturais e gestão de emergência para a elaboração de planos de contingência, acções de aviso prévio e intervenções de emergência	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de comités criados e funcionais</li> <li>▪ Planos de contingência elaborados</li> <li>▪ Valor disponibilizados para emergência</li> <li>▪ # de pessoas apoiadas</li> </ul>	Relatórios	O governo distrital encoraja e apoia os comités. Existe um sistema de alerta ou aviso prévio nas comunidades
Estabelecer mecanismos de protecção social para grupos vulneráveis (mulheres vítimas de violência, idosos, pessoas portadoras de deficiência, pessoas vivendo com o HIV e SIDA, e crianças)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de pessoas vulneráveis apoiadas</li> <li>▪ Mecanismo estabelecido</li> </ul>	Relatórios	As comunidades se predispõe a estabelecer um mecanismo solidário para os grupos vulneráveis

VISÃO/MISSÃO/OBJECTIVOS/RESULTADOS/ACÇÕES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
VISÃO: Direitos e bem-estar social, político e económico para todos, assegurados por uma governação inclusiva e participativa			
MISSÃO: Contribuir para o bem-estar social, político e económico e satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseada em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.			
<b>PILAR ESTRATÉGICO 3. Governação para a Saúde</b>			
<b>Objectivo Estratégico 3.</b>			

<i>Promover uma mudança de atitude e comportamentos de pelo menos 2.100 jovens e 800 mulheres em 3 distritos sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos e monitorar e advogar por uma melhor qualidade de prestação de serviços de saúde</i>			
<p><u>Resultado 1:</u></p> <p>Até 2020, pelo menos 2.100 jovens e 800 mulheres em 3 distritos com conhecimento, atitudes, comportamentos e habilidades e exercendo os seus direitos a uma saúde sexual e reprodutiva incluindo: (i) Educação sexual e reprodutiva; (ii) Planeamento familiar; (iii) Proteção contra os casamentos prematuros; (iv) Assédio e abuso sexual</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepções sobre conhecimento de SSR&amp;D</li> <li>▪ # de Jovens que vão as consultas nas unidades sanitárias</li> <li>▪ # de jovens que interagem nos programas de informação</li> <li>▪ # de casamentos prematuros na comunidade</li> </ul>	<p>Relatórios</p> <p>Boas práticas e história de sucesso</p> <p>Mensagens e interação com os jovens</p> <p>Twitter</p>	<p>Jovens se engajam nos programas e têm interesse</p> <p>Existem jovens que servem de modelo para outros jovens</p>
<p><u>Resultado 2:</u></p> <p>Comunidades de 3 distritos participando na melhoria da qualidade de prestação de serviços na área de saúde, com particular destaque para os serviços de: Saúde materna e infantil, aconselhamento e testagem para jovens; provisão de serviços de planeamento familiar; educação sexual nas escolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepções sobre a qualidade dos serviços com base em indicadores predefinidos</li> </ul>	<p>Relatórios de CPC</p> <p>Relatórios de progresso</p>	<p>Os serviços distritais e as unidades sanitárias, predispõe-se a participar do processo de forma aberta. Não há conotação política</p>
<b>Acções Estratégicas</b>			
<p>Promover a educação sexual e reprodutiva nas escolas e comunidade, para jovens e adultos para o exercício e exigência de satisfação dos seus direitos, face a violência, abuso e assédio sexual e casamentos prematuros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepção sobre conhecimentos</li> <li>▪ Auto-eficácia e eficácia colectiva</li> </ul>	<p>Relatórios de sessões</p> <p>Fichas e lista de participantes</p>	<p>As OCBs implementam um sistema de comunicação eficaz e fazem o respectivo controlo das presenças</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de participantes as sessões</li> <li>▪ # de pessoas que participaram num mínimo de sessões definidas como requisito mínimo</li> </ul>		As comunidades aceitam e participam activamente por acreditarem nos bons resultados
Estabelecer parcerias e mecanismo para a promoção de boa saúde (fortalecimento de organizações, feiras de saúde e intercâmbios)	<p># deOCBs e Confissões religiosas que participam do processo</p> <p>Grau de eficácia de governação e gestão e implementação das actividades</p> <p># de parcerias estabelecidas</p>	Relatórios de avaliação Relatórios de execução financeira e das actividades	As OCBs seleccionadas cumprem com os princípios básicos de governação, gestão e prestação de contas
Monitorar e advogar, com base em evidências, por uma melhor planificação, implementação e avaliação dos planos e políticas públicas e prestação da qualidade de serviços relacionadas a saúde sexual e reprodutiva <sup>22</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de políticas/programas elaborados ou revisto com a participação dos cidadãos</li> <li>▪ Percepções sobre a satisfação da qualidade de prestação de serviço</li> </ul>	Relatórios Avaliação de percepções	<p>As autoridades são receptivas e permitem que se façam críticas construtivas</p> <p>Aceitam ideias e fazem-nas reflectir nos planos e políticas</p>

<sup>22</sup> Usar a ferramenta de cartão de pontuação comunitária e de grupos de jovens para a satisfação dos seus direitos e auferir a qualidade de prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva. Estabelecer plataformas de denúncia e seguimento de casos de violação de direitos

Promover espaços de diálogo e de engajamento das comunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ # de espaços</li> <li>▪ # de participações</li> <li>▪ Percepções das comunidades</li> </ul>	Relatórios Actas dos encontros	Há condições políticas para a sua participação e engajamento
--	--	-----------------------------------	--

VISÃO/MISSÃO/OBJECTIVOS/RESULTADOS/ACÇÕES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
VISÃO: Direitos e bem-estar social, político e económico para todos, assegurados por uma governação inclusiva e participativa			
MISSÃO: Contribuir para o bem-estar social, político e económico e satisfação dos direitos das comunidades usando abordagens integradas baseada em direitos humanos, de género e de estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento.			
<b>PILAR ESTRATÉGICO 4.</b>			
<b>Objectivo Estratégico 4. <i>Garantir um desenvolvimento institucional sustentável, com excelente capacidade de governação interna, de gestão executiva, de autonomia política, e de auto sustentabilidade e angariação de recursos</i></b>			
<u>Resultado 1:</u>  Estabelecida e consolidada a capacidade de governação, gestão executiva e de desempenho dos recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conselho de administração estabelecido</li> <li>▪ Eficácia e eficiência das intervenções vs benefícios</li> <li>▪ Percepções dos colaboradores, beneficiários e parceiros</li> </ul>	Relatórios de progresso Políticas existentes	O conselho de administração não interfere na gestão executiva. Tem um funcionamento claro e estratégico A direcção executiva exerce uma liderança democrática e descentralizada, colocando os recursos humanos adequado e velando pelo desempenho



<p><u>Resultado 2:</u></p> <p><i>Criada e consolidada a capacidade de gestão de um centro de documentação, visibilidade e aprendizagem institucional</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de documentação</li> <li>▪ Plano de promoção institucional</li> <li>▪ Lições aprendidas</li> <li>▪ Percepção dos colaboradores sobre aprendizagem organizacional</li> </ul>	<p>Relatórios</p> <p>Centro de documentação</p> <p>Fichas e arquivos físicos e electrónicos</p>	<p>Existem recursos suficientes e adequados para o efeito</p>
<p><u>Resultado 3:</u></p> <p><i>Criada e consolidada a capacidade de auto-sustentabilidade e angariação de recursos. Assegurados pelo menos 100% do recurso estabelecido como mínimo para a implementação do programa</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Volume de recursos financeiros conseguidos por ano</li> <li>▪ # de propostas elaboradas, submetidas e aprovadas</li> <li>▪ Recursos técnicos angariados</li> <li>▪ Valor conseguido de fontes internas (angariação de fundos por prestação de serviços)</li> </ul>	<p>Relatórios financeiros</p> <p>Propostas de projectos aprovadas</p> <p>Contratos com os doadores</p>	<p>Existem doadores interessados em financiar as áreas temáticas e geográficas de intervenção da NANA.</p> <p>A NANA tem credibilidade e consegue reflectir uma boa imagem quer para com os beneficiários, quer para os doadores e também para o governo</p>
<b>Acções Estratégicas</b>			
<p><i>Estabelecida e consolidada a capacidade de governação e gestão executiva</i></p>			
<p>a) Consolidar o funcionamento do conselho de direcção</p> <p>b) Estabelecer tarefas e responsabilidades claras e velar pelo seu cumprimento</p> <p>c) Assegurar a elaboração e implementação de políticas internas necessárias e uma gestão transparente, eficiente e eficaz</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conselho de administração estabelecido</li> <li>▪ Eficácia e eficiência das intervenções vs benefícios</li> </ul>	<p>Relatórios de progresso</p> <p>Políticas existentes</p>	<p>O conselho de administração não interfere na gestão executiva. Tem um funcionamento claro e estratégico</p>

<p>d) Elaborar e implementar uma estratégia de selecção, retenção, promoção e capacitação continua dos recursos humanos para assegurar um optimo desempenho institucional</p> <p>e) Estabelecer uma cultura de trabalho em equipa e uma gestão baseada em resultados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepções dos colaboradores, beneficiários e parceiros</li> <li>▪ # e qualidade de formações para os recursos humanos</li> <li>▪ Taxa de turno ver</li> <li>▪ Valor alocado/investido nas capacitações</li> </ul>		<p>A direcção executiva exerce uma liderança democrática e descentralizada, colocando os recursos humanos adequado e velando pelo desempenho</p>
<p><i>Criada e consolidada a capacidade de gestão de um centro de documentação, visibilidade e aprendizagem institucional</i></p>			
<p>a) Montar mecanismos que permitam transformar a organização numa organização de aprendizagem contínua assegurando igualmente uma documentação e gestão de conhecimento eficiente e eficaz</p> <p>b) Elaborar e implementar uma estratégia de promoção institucional incluindo a definição da marca, o estabelecimento e alimentação da página Web, Facebook, blog institucional entre outras ideias criativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de documentação</li> <li>▪ Plano/Estratégia de promoção institucional</li> <li>▪ Lições aprendidas</li> <li>▪ Percepção dos colaboradores sobre aprendizagem organizacional</li> </ul>	<p>Relatórios Centro de documentação Fichas e arquivos físicos e electrónicos</p>	<p>Existem recursos suficientes e adequados para o efeito</p>
<p><i>Criada e consolidada a capacidade de auto-sustentabilidade e angariação de recursos</i></p>			
<p>a) Criar capacidade ou buscar externamente para a elaboração de propostas de projectos de qualidade que sejam competitivas e se traduzam efectivamente em angariação de recursos</p> <p>b) Estabelecer e implementar estratégias de promoção institucional credíveis e baseada em evidências mostrando o impacto das suas ações</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Volume de recursos financeiros conseguidos por ano</li> <li>▪ # de propostas elaboradas, submetidas e aprovadas</li> </ul>	<p>Relatórios financeiros Propostas de projectos aprovadas Contratos com os doadores</p>	<p>Existem doadores interessados em financiar as áreas temáticas e geográficas de intervenção da NANA.</p>

<p>c) Criar mecanismos de prestação de serviços que permitam o seu auto-financiamento, em acréscimo aos fundos adquiridos a partir de doadores (podem por exemplo ser: formação a outras OCBs e ONGs, prestação de consultorias a outras organizações, etc.)<sup>23</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos técnicos angariados</li> <li>▪ Valor conseguido de fontes internas (angariação de fundos por prestação de serviços)</li> </ul>		<p>A NANA tem credibilidade e consegue reflectir uma boa imagem quer para com os beneficiários, quer para os doadores e também para o governo</p>
---	--	--	---

---

<sup>23</sup>Equacionar a possibilidade de transformar a associação numa fundação. Equacionar igualmente a possibilidade de se estabelecer um mecanismo de patrocínio da criança e de padrinhos constituídos por empresários locais e classe média comprometida com a causa